



## EDITORIAL

Foi com imensa alegria que aceitei o desafio de apresentar o número 1 do volume 8 da Revista Em Favor da Igualdade Racial no trimestre inicial do primeiro quartel do século XXI. As temáticas apresentadas questionam nossa forma de sociabilidade, de normalização e naturalização das hierarquias especializantes e das narrativas que, invariavelmente penetram e são reproduzidas na sociedade. São objetos a serem questionados os quais Milton Santos caracteriza como rugosidade na produção do espaço representadas nas formas de racismo, preconceito e discriminação, como estruturas remanescentes de um passado presente.

**As representações da religiosidade afro-americana na mídia brasileira e a construção de um imaginário popular racista (1950-2022)**, abre a 19ª edição (v.8, n.1) da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir), trazendo para o centro do debate as representações da religiosidade afro-americana na mídia brasileira ao longo do período de 1950 a 2022, analisando como essas representações contribuíram para a construção de um imaginário popular marcado pelo racismo e pelo preconceito. Através de uma análise crítica de trechos de livros e filmes examina as principais características das representações midiáticas, suas consequências e o impacto na percepção pública das religiões afro-americanas. Destacando ainda que essas representações e suas relações com a construção de estereótipos, busca-se compreender como a mídia pode reproduzir preconceitos e contribuir para a marginalização das tradições religiosas afro-americanas.

**A solidão e o amor** foi objeto de análise do segundo artigo do qual apresenta o seguinte questionamento: **é possível amar uma mulher negra?** Essa provocativa perpassa toda a leitura do artigo ao discutir sobre as dinâmicas dos relacionamentos afetivo-sexuais das mulheres negras, contextualizado a partir do racismo estrutural no Brasil. A partir de uma abordagem psicossocial a pesquisa apresenta dados consubstanciados nos aspectos históricos, sociais e psíquicos que moldaram a experiência da população negra no Brasil. O objetivo central foi exatamente compreender como o racismo estrutural brasileiro influencia a construção e vivências dos relacionamentos afetivo-sexuais das mulheres, muitas vezes resultando em sentimentos de solidão. Às leitoras e leitores foram contemplados(as) com essa excelente leitura que aborda tanto o sentimento de solidão da mulher negra diante da negação dos afetos, quanto o prelúdio do amor em face do colonialismo e racismo vigente na sociedade machista e patriarcal. As categorias elencadas entre Amor, Solidão e Mulher Negras são magistralmente analisadas a partir da grande e



provocante questão central: **A solidão e o amor: é possível amar uma mulher negra?** A imersão nessa leitura em face das subjetividades emocionais e afetivas contribui efetivamente em ampliar nossas percepções sobre os elevados problemas psicossociais resultantes do racismo estrutural brasileiro e seus resultados sobre a corporeidade da mulher negra.

O terceiro texto dessa edição traz à baila a **atuação dos Neabis e a implementação de políticas públicas para a educação étnico-racial nas universidades públicas federais**. A relevância dos grupos de pesquisas étnico raciais nas universidades é abordada a partir da análise bibliográfica e documental e a contar sobre os efeitos desses espaços na produção e implementação de políticas públicas em favor da igualdade racial. Em que pese todos os desafios e necessidade de ajustes a serem ainda realizados em alguns desses espaços de pesquisa, o artigo nos acalenta com análises altamente positivas dos papéis desempenhados por professoras e professores negros(as) militantes e simpatizantes das causas étnico-raciais em prol da equidade e igualdade de direitos. Mais que isso, o artigo apresenta de forma objetiva como os Neabis atuam como espaços/lugares de combate ao racismo, ao preconceito e às diversas discriminações, especialmente nos espaços acadêmicos universitários.

**O racismo e o pacto da branquitude na atuação da manutenção do privilégio branco** é o tema central do quarto artigo que analisa as categorias: racismo, pacto da branquitude e o privilégio branco. De forma brilhante o artigo expõe o tema da branquitude como opção política que evidentemente agrega pessoas brancas na luta antirracismo, mas ao mesmo tempo, identifica a permanência de pessoas ou grupos que insistentemente lutam para manutenção dos privilégios socioeconômicos brancos. Convidamos as leitoras e leitores a compreender a partir dessa leitura, como somos sutilmente engodadas e engodados por falácias e supostas propostas de mudanças que apresentam em seu cerne a reprodução do status quo de preservação e reprodução das práticas racistas. O pacto da branquitude na atuação da manutenção do privilégio branco torna-se elemento central a ser compreendido tanto pelas comunidades acadêmicas, quanto pelas militâncias negras, como forma de resistências na insistente arte de continuar existindo enquanto protagonistas de sua própria história.

O quinto artigo apresenta **A territorialidade do Quilombo Lagoas/PI como ato de contra colonização (2007-2010)**. O texto analisa as condições de existência e resistência do Quilombo Lagoas/PI a partir da territorialidade em contraposição à colonização imposta por grupos dominantes. Essa leitura nos remete a um dos maiores Quilombos no Brasil, no qual nos possibilita conhecer sua organização existencial, o conhecimento inerente à comunidade, a



produção e a resistência contra dominação territorial. Temos a oportunidade ímpar de conhecer e identificar como negras e negros quilombolas dão exemplos de luta, coragem e resistência contra as formas de dominação existentes desde o período escravista.

Na sequência o sexto artigo apresenta uma análise do **racismo recreativo e seu impacto no ambiente virtual**. Com o amplo alcance das redes sociais as práticas racistas encontraram solo fértil para sua disseminação. A pesquisa em tela remete seu foco aos memes, e aos efeitos do racismo como marca social e virtual. Aborda de forma brilhante como acontece a perversa normalização do racismo na sociedade e nas redes sociais na cortina do racismo recreativo e os seus perigos no ambiente virtual. Essa fantástica leitura nos conecta com a realidade virtual da qual pessoas e grupos racistas se aproveitam muitas vezes do anonimato para destroçar a vida e dignidade das pessoas. Entretanto, para além de expor o problema e alertar para os perigos da virtualidade, o texto apresenta o racismo categoricamente como crime inafiançável, mesmo que seja praticado na internet. Essa é uma daquelas leituras da qual independentemente da idade e condição social, todas as pessoas de forma direta ou indireta são alcançadas e responsáveis por denunciar e combater esse tipo de perversidade virtual.

O sétimo artigo aborda os efeitos da violência contra a mulher negra a partir de uma análise literária dos registros de outra mulher negra altamente conceituada que a queridíssima Conceição Evaristo, com o título: **O impacto da violência doméstica na construção de identidade de mulheres negras: uma análise a partir do conto “beijo na face”, de Conceição Evaristo**. Através da teoria da Psicologia Social Crítica, os registros nos convidam a compreender como as armadilhas da violência doméstica aprisionam e reprimem as identidades e comportamentos das mulheres negras, ao passo que analisa também as formas de resistências como mecanismos de emancipação e aprendizagens de combate à todas as formas de violências domésticas impostas sobre as mulheres negras. Na culminância desses excelentes registros, o artigo expõe as diversas formas de afetos como caminhos para experiências mais humanizadas em direção à autonomia moral, intelectual e epistemológica da mulher negra.

A leitura do oitavo artigo nos contempla com a visibilidade ao político e sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos a partir de uma investigação da **Interseccionalidade nas organizações: um estudo pelas lentes da redução sociológica**. A partir desse estudo histórico-conceitual das categorias interseccionalidade e redução sociológica aplicada à área administrativa, a leitura lança luz sobre a forma em que as categorias de raça/etnia, gênero e sexualidade são abordadas e implementadas tanto no campo sociológico, quanto no administrativo e as



consequências dos tipos de linguagens atribuídas para encobrir as micros e macros relações de poder nos espaços administrativos. O artigo aborda brilhantemente como a redução sociológica interfere nas desigualdades que se fazem presentes nos níveis hierárquicos, na divisão de cargos e tarefas, no recrutamento, na seleção, na definição dos salários, no monitoramento, bem como nas interações informais. Assim, a leitura do texto nos conduz à compreensão das Interseccionalidades nas organizações e suas implicações a partir da categoria redução sociológica.

Na nona leitura científica deste volume temos o debate sobre **negritude feminina no estado do Acre: uma identidade em construção**, reverberando que historicamente, pessoas brancas não apenas ocuparam lugares de privilégios, mas também moldaram as esferas de poder de maneira a influenciar a população brasileira, induzindo-a a assimilar suas falas e adotar seu discurso. Enfatizando ainda que esse processo de manipulação da identidade nacional levou muitos brasileiros a almejavem o branqueamento e a negar suas raízes africanas e afro-brasileiras, objetivando analisar as trajetórias e os obstáculos enfrentados pelas mulheres acreanas na construção de sua identidade negra. Dessa forma, ressalta a importância dos processos de transição capilar na trajetória de construção da identidade negra, além do impacto dos atos e falas racistas na percepção de si mesmas, constatando ainda a relevância das ações afirmativas e do acesso ao conhecimento como ferramentas fundamentais para a desconstrução de paradigmas e a superação das amarras impostas pelo racismo.

O décimo artigo aborda uma questão igualmente delicada no cotidiano das universidades brasileiras ao investigar **a entrada de docentes na UFPR pela Lei nº 12.990 de 2014**. Após uma década de implementação dessa legislação, a reserva de 20% das vagas de concursos públicos para as pessoas negras no magistério superior precisa continuar a ser ajustada frente aos impedimentos burocráticos construídos na ambiência de sua aplicabilidade. Diante das inúmeras variáveis para se definir quais vagas, de quais cursos poderiam ser objeto da legislação em tela, o artigo buscou investigar as fontes das quais são produzidos os editais para questionar os critérios utilizados antes, durante e após a aplicação dos mesmos. O que fazer quando o limite de vagas é insuficiente para alcançar a gradação dos 20% das vagas destinadas às pessoas negras? Quais ações são tomadas diante das possibilidades de se burlar a legislação pela heteroidentificação de pessoas não negras que flagrantemente tentam ingressar nas vagas destinadas apenas a esse grupo? Certamente é uma excelente oportunidade de leitura atenta e reflexiva sobre as leis de ações afirmativas e suas finalidades na ambiência legal.



### **Ao apresentar a luta contra o racismo como um dever de todos os educadores (as)**

o décimo primeiro texto dessa edição descortina os efeitos de condutas racistas endossadas pelas práticas pedagógicas colonialistas impregnadas em todo sistema educacional desde o primeiro contato da criança com a creche e pré-escola, até aos níveis educacionais mais elevados do ensino. A tríade família, escola e religião permanece secularmente como reprodutora das práticas sociais racializadas. Sob vários aspectos, o racismo é produzido na trama das relações sociais e no jogo das forças sociais, quando as características étnicas ou os traços fenotípicos são transformados em estigmas, imperceptivelmente as marcas da exclusão estão presentes em espaços tempos sociais e pedagógicos nas escolas e nas universidades. Destarte vale a pena a leitura deste artigo do qual convido nossas leitoras e leitores a dele se deleitarem. Sem nos darmos conta, muitas vezes não percebemos nas reflexões apresentadas nesse artigo, de que “a pior face do racismo acontece em sala de aula” similar às piores tragédias urge a necessidade de investigar essa “caixa preta” com todas as suas nuances e cumplicidades das quais o artigo expõe como racismo epistêmico se desenvolve sob o manto dos valores cativos dos colonizadores ligados a moralidade de origem judaico-cristã que se mantêm vigentes sob o olhar do Estado.

No décimo segundo artigo retornamos ao campo educacional para compreender a nuances das relações macro e micro de poder a partir de **uma análise discursiva decolonial sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa na educação profissional**. A categoria central foi detectar as ações discursiva no âmbito da decolonialidade tendo o Livro Didático de Língua Inglesa como elemento de análise. Temos a oportunidade de adentrar em uma área disciplinar impar em um espaço igualmente diferenciado que e a educação profissional. A educação emancipatória é tema transversal do artigo ao relacioná-la com imagens e expressões contidas nos livros didáticos que fazem apologia de perpetuação das práticas racistas. A subjetividade implícita nesse artigo nos convida a compreender como o não dito e o não visto podem ser intencionalmente construídos, com intenções subjacentes aos olhares mais incautos e ingênuos. Evidentemente um trabalho de magnitude estabelece a estreita relação entre a linguística aplicada e a análise do discurso como estratégia para descortinar práticas colonizadoras racistas impregnadas nos livros didáticos.

Nessa aventura epistêmica convidamos nossas leitoras e leitores a se deslocarem do Quilombos Lagoas no Piauí (discutido no quinto artigo da edição) para o espaço quilombola no município de Aurelino Leal no Estado da Bahia. Desta vez somos instados a compreender como acontece **A construção do referencial curricular da educação escolar quilombola no município de Aurelino Leal-BA**. Neste décimo terceiro artigo expõe o conceito ampliado de



Quilombo, além de discutir sobre a modalidade de educação ofertada nesse espaço marcado por territorialidades e as construções discursivas de pertencimento, categorias essenciais para se debater a implementação de um currículo pautado nas formas de existências e resistências, contra a epistemologia colonial impregnada nas práticas pedagógicas das escolas. Temos a oportunidade de adentrar nas subjetividades das propositivas curriculares que não despretensiosamente atenderam aos interesses das classes políticas e econômicas dominante em prol da manutenção do status quo de controle e dominação das classes comunitárias quilombolas presentes nos espaços de resistências.

De igual relevância, o décimo quarto artigo analisou o **racismo à brasileira: “importação - exportação – exportação” de discursos racialistas** e teve como objeto de análise os discursos racialistas de Gilberto Freyre, considerado um dos maiores intelectuais do Brasil. Assim como outros do seu tempo, a exemplo de Silvio Romero, Gilberto Freyre foi protagonista dos mais perversos conceitos que justificaria o comportamento da elite colonialista branca, quanto o comportamento das próprias pessoas negras com a tese do Mito da Igualdade Racial. O foco central do artigo analisa exatamente a amplitude desses discursos nos outros países que falam a língua portuguesa, mais especificamente em Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Encontram-se no cerne do artigo, as categorias hibridismo, e subversividades epistêmicas convenientemente agregadas às formas implícitas de manutenção do racismo.

O décimo quinto artigo traz para a reflexão de nossas/os leitoras/es para além da moralização cristã, a prática do suicídio entre os escravizados apontava para a resistência contra ao sistema escravista, bem como para as esperanças imaginárias de retorno à África. Intitulado **“Por que não se matar? O interdito do suicídio dos escravizados por meio da substituição do imaginário religioso”**, objetiva apontar a substituição do imaginário dos escravizados no que tange as espiritualidades africanas, como mecanismo religioso católico para a interdição do suicídio, demonstrando que tal mecanismo estava mais a serviço da economia escravista, tanto na colônia como no império, do que ocupado e preocupado com a vida dos escravizados que foram forçosamente trazidos para o Brasil. Enfatizando que a catequização era o mecanismo para a substituição do imaginário, se estabelecendo como meio eficaz, ainda que nem sempre eficiente para a contenção dos prejuízos dos escravizadores. Assim reforçando o quanto a religião, em especial o catolicismo romano, esteve a serviço do sistema escravista no desenvolvimento da sua teologia racista, sobretudo, durante o período Medieval e no desenvolvimento da catequização de negros e negras. A despeito da valorização da vida que a religião deve expressar, evidencia-se no



artigo, sua atuação a serviço dos poderosos e opressores que buscavam subalternizar os corpos negros.

Finalmente o décimo sexto artigo traz a baila **a sub-representação da população negra nos quadros funcionais da UFJF: a necessidade de fortalecer a lei 12.990/2014**, apresentando um recorte dos resultados obtidos na pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica, com o objetivo de estudar e descrever os espaços ocupados por negros e negras no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), considerando três espaços: os campi de Juiz de Fora e Governador Valadares e o Colégio João XXIII. Anunciando que a intenção é utilizar esses dados para desenvolver ações que promovam o estudo das relações raciais existentes na UFJF e implementar práticas antirracistas em todos os ambientes desta Instituição, além de fortalecer a Lei 12.990/2014. Nesse sentido, apresentando o resultado de que a população negra, entre os servidores TAEs e docentes da UFJF, representa 19,53% – não representando nem 20% do total de servidores – enquanto 76,32% de servidores se identificam como brancos.

Após a exposição dessas magníficas temáticas lanço o convite para nos deleitarmos dessas relevantes leituras, das quais igualmente realçam tanto a Revista em Favor da Igualdade Racial, quanto os grupos de estudo e pesquisas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) que diuturnamente trabalham para nos prestigiar com os melhores conteúdos possíveis, na intenção de ampliar nossas bases epistemológicas concernentes às temáticas tão caras para nossas comunidades de leitoras e leitores.

Rio Branco-Acre, 09 de janeiro de 2025.

**Profa. Ma. Ângela Maria Bastos de Albuquerque Silva**

Professora da Secretaria Estadual de Educação do Acre (SEE/AC) na função de assessora pedagógica do Conselho Estadual de Educação (CEE/AC)  
Membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac)  
Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac)  
Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Acre (Ufac)  
Especialista em Educação Especial, Educação Ambiental pelo Instituto de Ensino Superior do Acre (Iesacre) e em Altas Habilidades/Superdotação pelo Centro Universitário Filadélfia (Unifil)  
Graduada em Geografia pela Ufac  
Graduada em Pedagogia pela Universidade Iguazu (Unig)